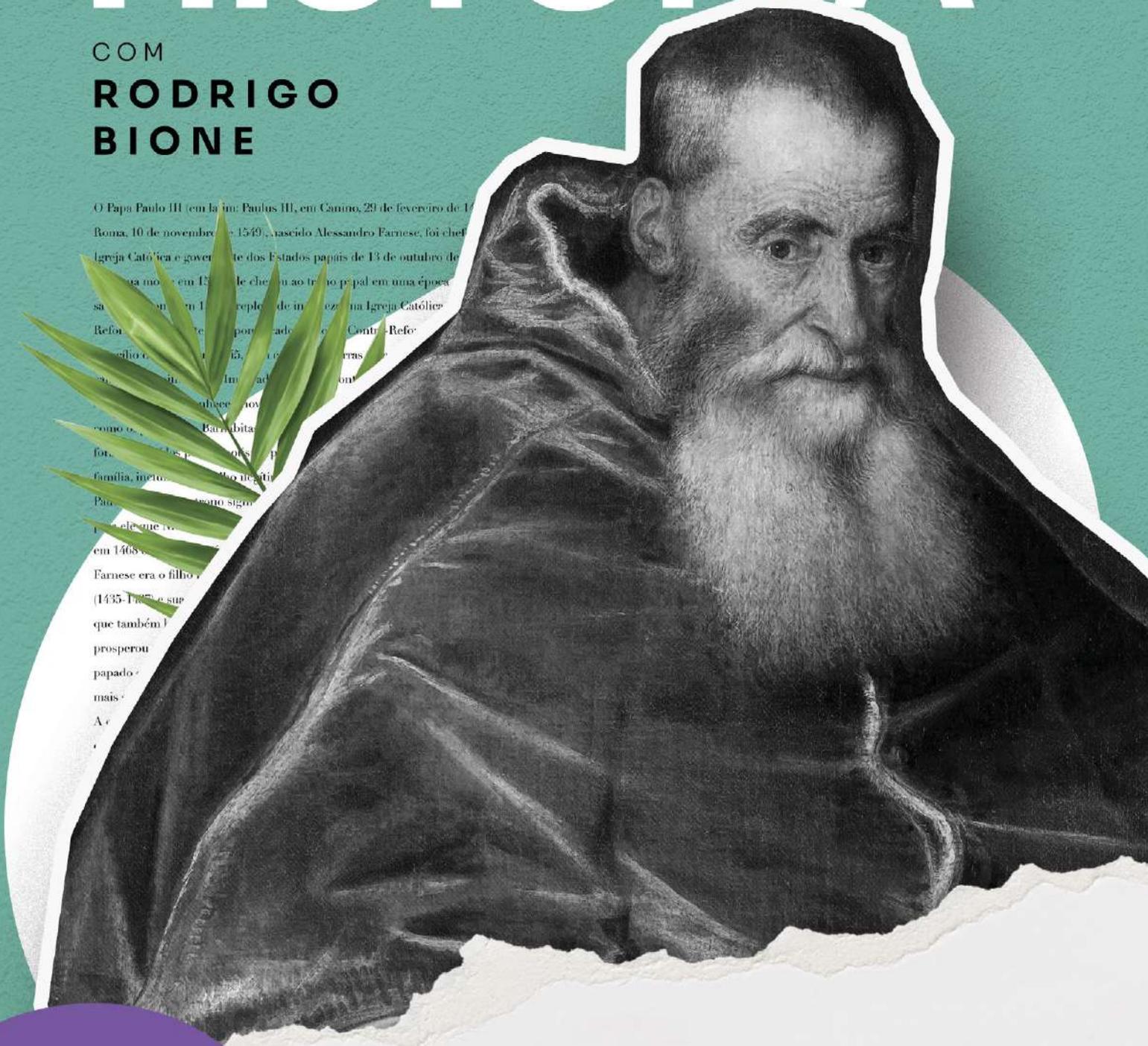


# HISTÓRIA

COM  
**RODRIGO  
BIONE**

O Papa Paulo III (em latim: Paulus III, em Camino, 29 de fevereiro de 1468 -  
Roma, 10 de novembro de 1549), nascido Alessandro Farnese, foi chefe da  
Igreja Católica e governante dos Estados papais de 13 de outubro de 1549  
até sua morte em 1549. Ele chegou ao trono papal em uma época de  
saúde frágil em 1549, repleta de incerteza na Igreja Católica.  
Reformou a Igreja e apoiou a Contra-Reforma.  
Constituiu o Concílio de Trento em 1545, que definiu as doutrinas  
católicas em oposição às ideias protestantes.  
Como o primeiro papa da família Farnese, ele trouxe a família para o papado.  
Paulo III foi o primeiro papa da família Farnese a ser eleito papa em  
1549. Ele morreu em 1549 em 1468.  
Farnese era o filho de Alexandre Farnese (1435-1485) e sua esposa  
que também foi papado e prosperou.  
mais papado e prosperou.  
A família Farnese prosperou no papado e prosperou.  
mais papado e prosperou.



**PRIMEIRO REINADO**  
EXERCÍCIOS



CURSO  
**FERNANDA PESSOA**  
ONLINE

## Exercícios

**1. (UFPR 2023)** Considere o excerto que a historiadora Lilia Schwarcz escreveu sobre a Independência do Brasil em 1822:

A independência brasileira resultou, além do mais, de um projeto muito conservador que pretendia manter, mais do que mudar.

(SCHWARCZ, Lilia. 2022 é aqui e agora. Nexo Jornal, São Paulo, 17 jan. 2022.)

A partir dos conhecimentos sobre o período da Independência do Brasil e do período do Império brasileiro, assinale a alternativa que indica corretamente aspectos que o referido projeto conservador manteve no Brasil após a Independência.

- O sistema imperialista, a propriedade colonial e o poder moderador.
- O sistema feudalista, a propriedade comunal e o gabinete de conciliação.
- O sistema mercantilista, a propriedade estatal e o parlamentarismo às avessas.
- O sistema oligopolista, a propriedade multicultora e a política do café-com-leite.
- O sistema escravista, a propriedade latifundiária e a política restrita à elite.

**2. (UECE 2022)** A noite de 12 de novembro de 1823 ficou conhecida como a Noite da Agonia, marcada pela invasão, ordenada por D. Pedro I, do plenário da Assembleia Constituinte, provocando sua dissolução. No dia seguinte, o Imperador impôs medidas de vigilância sobre reuniões políticas e até prisão para quem se envolvesse em polêmicas públicas. Pouco mais de 4 meses depois, no dia 25 de março do ano seguinte, era outorgada a Constituição Política do Império do Brasil. Como consequência dessas atitudes de D. Pedro I,

- ocorreu um movimento revolucionário, republicano e separatista em algumas províncias do Nordeste brasileiro, denominado Confederação do Equador.
- explodiu, em Salvador, a Conjuração baiana, ou revolta dos Alfaiates, que pretendia a separação da província da Bahia do restante do Brasil.
- em julho de 1824, os estancieiros gaúchos rebelaram-se contra o império, proclamando a autonomia política da província e a criação da República Juliana.
- eclodiu a Revolução Pernambucana, ou Revolução dos Padres, motivada pelos ideais iluministas, com apoio internacional dos Estados Unidos.

**3. (UFGD 2022)** Ao regressar de Minas, D. Pedro I tentou entrar no Rio como nas festas anteriores, que referendavam sua soberania. Contudo, as tropas não enfileiraram, não houve parada militar, o imperador não se pôde alinhar com seu povo em armas. No decorrer de março, os tumultos

estendiam-se da noite para o dia, espalhando o medo pela cidade e a impressão de um iminente tumulto.

Souza, I. L. C. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 343 (fragmento).

O texto demonstra instabilidades que antecederam à abdicação de D. Pedro I ao trono, em 1831. Ao longo do Primeiro Reinado, incluem-se como principais motivos do desgaste político do imperador:

- o absolutismo de D. Pedro I devido ao poder moderador; a interferência na política de conciliação; o envolvimento do Brasil em movimentos de independências na América Espanhola e a Guerra do Paraguai.
- as reações contrárias à independência do Brasil; as revoltas regenciais caudilhistas; os atritos políticos entre conservadores e liberais.
- a crise da sucessão do trono português; a Revolução Farroupilha; a crise econômico-financeira; as regências e o golpe da maioria.
- o absolutismo do imperador; o envolvimento de D. Pedro I com a sucessão do trono português; a Guerra da Cisplatina e a crise econômico-financeira.
- a Revolução Liberal do Porto, o parlamentarismo às avessas; a crise econômico-financeira e o movimento republicano.

**4. (UECE 2022)** A derrota na Guerra da Cisplatina, o assassinato do jornalista Líbero Badaró e a Noite das Garrafadas foram

- motivos que levaram ao fim o Governo Regencial do Padre Antônio Feijó, líder político que havia sido ministro da Justiça no reinado de D. Pedro I.
- causas que levaram ao golpe militar que derrubou o reinado de D. Pedro II e estabeleceu o regime republicano no Brasil.
- razões que proporcionaram as condições necessárias à declaração de independência, pelo príncipe regente D. Pedro, com apoio das elites brasileiras.
- eventos que impactaram negativamente na reputação do imperador D. Pedro I e levaram à sua abdicação ao trono, pondo fim ao primeiro reinado.

**5. (FCMSCSP 2021)** Observe a litografia de Jean-Baptiste Debret, intitulada *Empregado do governo saindo a passeio*, de 1835.



(Apud Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. *Brasil: uma biografia*, 2018.)

A imagem, produzida durante o Brasil Império, mostra duas características da sociedade colonial que persistiram após a independência política:

- a cordialidade e o servilismo.
- a desigualdade social e a harmonia das raças.
- a informalidade e a religiosidade.
- o privilégio do setor público e o autoritarismo.
- o patriarcalismo e o escravismo.

**6. (UEG 2021)** Leia o texto a seguir.

A Guerra de Cisplatina iniciou-se em 1825, envolvendo tropas do governo imperial brasileiro contra as da aliança formada por exilados da Banda Oriental [...] com o governo da Província de Buenos Aires. No dia 27 de agosto de 1828, ela se encerrou a partir da assinatura da Convenção Preliminar da Paz pelos Governos da Argentina e do Brasil, com a mediação da Inglaterra.

*BITTENCOURT, Circe (org.). Dicionário de datas da História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2007. p. 197.*

A principal consequência política da Guerra de Cisplatina foi

- o início da aliança militar entre Brasil e Argentina contra o Paraguai.
- a eclosão da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul.
- a contestação da influência inglesa na América do Sul.
- a independência da Província do Uruguai.
- o aumento da popularidade de D. Pedro I.

**7. (ENEM PPL 2021)** No Império do Brasil, apesar do apego a certo ideário do Antigo Regime, as ideias e práticas políticas inéditas que se moldaram e se redefiniram naquela conjuntura acabaram por converter a Coroa em Estado e fizeram com que a política deixasse os círculos palacianos privados para emprestar uma nova dimensão à praça pública. Por conseguinte, o novo império não mais podia fugir à obrigação de conduzir a sociedade, fazendo-se reger por uma Constituição, ainda que outorgada, e articulando-se por meio de uma divisão de poderes que respeitasse, a princípio, pelo menos, a participação daqueles considerados cidadãos.

*NEVES, L. M. B. P. O governo de D. João: tensões entre ideias liberais e práticas do Antigo Regime. In: CARVALHO, J. M.; CAMPOS, A. P. (Org.). Perspectiva da cidadania no Brasil Império. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.*

Com base no texto, na formação do Estado brasileiro prevaleceram ideias e práticas derivadas dos princípios

- iluministas
- federalistas
- republicanos
- democráticos
- abolicionistas

**8. (PUCRS MEDICINA 2021)** A abdicação de D. Pedro I do trono de Imperador do Brasil, em 1831, estava relacionada

- às exigências de atrelamento da economia brasileira à portuguesa, por parte da elite portuguesa unificada após a Revolução do Porto.
- aos interesses do Império inglês em expandir sua área de influência econômica e política no Brasil, liberando-o da dependência histórica da economia portuguesa.
- às reformas liberalizantes impostas pelo ministério dos Marqueses, que limitaram o poder constitucional de D. Pedro I.
- à política excessivamente centralista do monarca e aos conflitos entre os seus apoiadores políticos lusitanos e os grandes proprietários de terras que formavam a elite local.

**9. (UFGD 2021)** Produzido em 1827, O Jantar, de Jean-Baptiste Debret, é conhecido e muito difundido nos livros de História por abordar as relações cotidianas no Brasil à época do pintor.



Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/obra-o-jantar>. Acesso em: 10 ago.2020.

Com base nessa obra, é correto afirmar que

- o contexto de sua produção se relaciona com a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil para substituir a mão de obra escrava durante os primeiros anos da República.
- o autor representa a desigualdade social no Brasil do século XIX, o que se observa pelo contraste entre senhores e escravos no tocante a vestimentas e posturas em relação à comida e ao trabalho.
- a obra denuncia o trabalho escravo infantil e os maus tratos, uma vez que, no contexto sugerido, não se permitia aos negros o acesso ao alimento.
- Debret retrata uma sociedade ideal e igualitária ao pintar a senhora e o filho do escravo dividindo o mesmo alimento.
- o quadro questiona o comportamento da elite brasileira que, à época, explorava as minorias e evitava qualquer tipo de contato inter-racial.

**10. (S1 - IFPE 2020)** A Confederação do Equador de 1824 é um marco na luta social contra o absolutismo monárquico.

Amplas camadas da população local participaram do conflito. Comerciantes, padres, militares, negros e pardos, e até senhores de engenho se envolveram no conflito que opôs setores da população pernambucana à Monarquia de D. Pedro I.

Sobre os pensamentos que fundamentaram a luta dos revoltosos, é CORRETO afirmar que foram ideias

- liberais e constitucionalistas, oriundas dos princípios iluministas então em expansão na Europa e nos Estados Unidos.
- absolutistas moderadas, uma vez que os revoltosos ainda pensavam em manter a monarquia, desde que constitucional e respeitando a autonomia provincial.
- socialistas, o que justifica a presença expressiva de negros e pardos e de padres sensíveis às injustiças sociais e ao racismo.
- inspiradas na Igreja Católica Romana, instituição que, naquele momento, procurava distanciar-se das monarquias europeias, o que justifica a participação de padres.
- anarquistas, por isso defendiam, além da derrubada do governo monárquico e absolutista, o fim da escravidão em terras pernambucanas.

**11. (ESPM 2019)** O Brasil agora é feito para a democracia, ou para o despotismo – errei em querer dar-lhe uma monarquia constitucional. Onde está uma aristocracia rica e instruída? Onde está um corpo de magistratura honrado e independente? E que pode um clero imoral e ignorante, sem crédito e sem riqueza? Que resta pois?

(José Bonifácio de Andrada e Silva)

A sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens. Mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem e o que é pior, dos filhos deste homem, e dos filhos destes filhos?

(José Bonifácio de Andrada e Silva)

(Adriana Lopes e Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: Uma Interpretação*)

Os textos revelam posições de José Bonifácio de Andrada e Silva, constituinte reformista e monarquista constitucional, que apresentou o projeto mais importante e radical a respeito da abolição do tráfico e da escravidão.

Quanto às ideias contidas nos textos e ao cenário da Assembleia Constituinte de 1823 é correto assinalar:

- O projeto de Constituição apresentado por Antonio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio, foi promulgado com apoio unânime da Constituinte;
- O projeto de Constituição, apelidado de “Constituição da Mandioca”, desagradou a D. Pedro I e, por isso, ele recorreu à força para fechar a Constituinte;
- Os jornais A Sentinela e Tamoio, vinculados aos irmãos Andrada, conseguiram consagrar na Constituição de 1824 os planos de abolição do tráfico e da escravidão;
- Os textos revelam a satisfação de José Bonifácio, bem como sua comunhão de ideias e projeto com a aristocracia rural;

e) Os textos revelam o projeto de incluir na Constituição o direito de preservação da escravidão, pilar da sociedade civil no Brasil.

## 12. (FMP 2019)



BECK, A. "Armandinho" *Diário Catarinense*. Edição de 5 set. 2017. Disponível em: <http://dc.dicibe.com.br/science/enem/notes/2017/09/comira-a-lira-do-armandinho-desta-terca-feira-9881947.html>. Acesso em: 9 jul. 2018.

No contexto da independência brasileira, a charge ironiza o(a)

- influência econômica inglesa sobre o Brasil
- imperialismo dos EUA sobre a América do Sul
- controle napoleônico sobre Portugal
- domínio brasileiro sobre a Província Cisplatina
- vigência da União Ibérica

**13. (ENEM 2019)** Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral, e dos membros dos Conselhos Gerais das províncias, serão feitas por eleições, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais, os eleitores de província, e estes, os representantes da nação e província.

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

- Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, os oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e os clérigos de ordens sacras.
- Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem a ofícios públicos.
- Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.
- Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.
- Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego.

BRASIL. *Constituição de 1824*. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 4 abr. 2015 (adaptado).

De acordo com os artigos do dispositivo legal apresentado, o sistema eleitoral instituído no início do Império é marcado pelo(a)

- representação popular e sigilo individual.
- voto indireto e perfil censitário.
- liberdade pública e abertura política.
- ética partidária e supervisão estatal.
- caráter liberal e sistema parlamentar.

**14. (UERJ 2019)** Quando chegar o feliz momento da abolição, não será devido nunca à inclinação sincera do povo ou do governo, a menos que venham a sofrer grande mudança. Pois quase me aventuraria a dizer que não há dez pessoas em todo o Império que considerem esse comércio um crime ou o encarem sob outro aspecto que não seja o de ganho e perda, de simples especulação mercantil, que deve continuar ou cessar conforme for vantajoso ou não. Acostumados a não fazer nada, os brasileiros em geral estão convencidos de que os escravos são necessários como animais de carga, sem os quais os brancos não poderiam viver.

*HENRY CHAMBERLAIN, agente diplomático britânico, em 31/12/1823.  
 Adaptado de SOUSA, O. T. Fatos e personagens em torno de um regime.  
 Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.*

Após a emancipação política do Império do Brasil, o debate sobre o fim do tráfico intercontinental de escravos e da escravidão esteve em pauta, como abordado por Henry Chamberlain em 1823.

Naquele contexto, de acordo com o diplomata britânico, as resistências à abolição do tráfico e da escravidão estavam associadas à conjuntura de:

- a) desqualificação do trabalho braçal
- b) vigência da sociedade burguesa
- c) instabilidade do regime jurídico
- d) decadência da estrutura agrária

**15. (UECE 2019)** Durante o segundo reinado, havia, no Brasil, cerca de 20 mil pessoas que podiam ser eleitores e escolher deputados e senadores (0,4% da população), eles eram homens, católicos e com renda anual superior a 200 mil-réis. Havia ainda no Brasil 2,2 milhões de mulheres livres, 1,8 milhão de homens livres pobres, algo

em torno de 1,7 milhão de escravos e escravas e outro grande número de pessoas sem acesso ao voto (praças, estrangeiros, religiosos em regime de clausura, mendigos e não católicos em geral).

*Fonte: Brasil 500 anos. IstoÉ, p.72. Estabilização no Império.*

Considerando esse aspecto da política brasileira, durante o império, explícito nos dados citados, é correto afirmar que

- a) havia uma representação proporcional dos variados grupos sociais na política e no poder durante a monarquia no Brasil, daí poder-se dizer que se tratava de um sistema democrático.
- b) se estabelecia uma participação política de caráter censitário, ou seja, usava-se um critério, o do rendimento anual, para restringir o direito a votar e a ser votado.
- c) apenas o homem, com qualquer renda, poderia ser candidato nas eleições durante a monarquia; a exclusão das mulheres era fator comum a todas as nações do mundo.
- d) a restrição do direito ao voto aos estrangeiros, praças, mendigos e analfabetos que havia no império tem sido mantida até hoje no Brasil.

## Gabarito:

15: [B]	10: [A]	5: [E]
14: [A]	9: [B]	4: [D]
13: [B]	8: [D]	3: [D]
12: [A]	7: [A]	2: [A]
11: [B]	6: [D]	1: [E]

## Anotações